

Covas quer que PMDB defina mandato para não ser atropelado

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse que a falta de definição quanto à duração do mandato do presidente José Sarney pode desencadear a campanha por eleições diretas já. "Se não existe uma definição, não se pode impedir a campanha", advertiu.

Sobre a suspensão da entrevista ao jornalista e deputado Roberto D'Ávila, que iria ao ar domingo passado pela TV Manchete, Covas disse que, se houve censura, só terá uma posição: "Brigar contra ela da mesma maneira como briguei nos 20 anos de ditadura."

O cancelamento do programa seria mais um ato de represália do Palácio do Planalto contra o senador, que defende mandato de quatro anos para o presidente Sarney. Na quinta-feira, o governo revogou a nomeação de José Maria Monteiro, indicado pelo líder pemedebista para a delegacia da Receita Federal em São Paulo.

Covas disse que na entrevista, gravada quinta-feira, não falou "qualquer novidade" e foi irônico: "Tenho o mau costume de não mudar minhas posições". Comentou, ainda, que não acredita na hipótese de autocensura da emissora porque "Bloch (Adolpho Bloch, dono da Manchete e judeu), mais do que ninguém, sabe o que é ser perseguido".

Determinado na defesa da tese dos quatro anos de mandato para Sarney, Covas antecipou-se a nova represália do Planalto, mandando suspender a indicação de um correligionário, Carlos Eduardo Sampaio Dória, ex-vereador e ex-secretário da prefeitura de São Paulo, para uma das diretorias da Telesp, companhia telefônica estadual.

Covas é contra o adiamento da convenção nacional do PMDB marcada para os dias 13 e 14 de junho. Acha que o fato do presidente Sarney ter vindo a público defender um mandato de cinco anos é legítimo, mas ressalva que "o PMDB, como partido político, tem que ter suas próprias decisões".

O líder pemedebista voltou a dizer que ficou "envaidecido" com o resultado da pesquisa JORNAL DO BRASIL/Ibope, que o apontou com um dos preferidos na sucessão presidencial, mas negou que o Planalto seja seu objetivo imediato. "Sou candidato ao governo de São Paulo", avisou, para em seguida admitir: "Quero também chegar ao Palácio do Planalto".

Jamil tenta obter 187 assinaturas a projeto

Somente hoje ou amanhã um grupo de deputados pemedebistas liderados por Domingos Leonelli (BA) retomará o trabalho de coleta de assinaturas numa declaração de que, "no momento oportuno, soberanamente", os constituintes decidirão a duração do mandato do presidente José Sarney. Também o líder do PSB no Senado, Jamil Haddad, deverá recomeçar hoje o trabalho de coleta das 187 assinaturas necessárias para a apresentação de um projeto de decisão ao plenário da Constituinte, fixando em quatro anos o mandato de Sarney.

Leonelli e Haddad começaram a recolher assinaturas desde quinta-feira, mas interromperam o trabalho neste fim de semana por causa das votações nas 24 subcomissões da Constituinte. Leonelli viajou ontem para a Bahia, devendo voltar somente hoje, mas a deputada Cristina Tavares (PE) disse que a declaração já tem mais de 100 assinaturas, entre elas a do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Segundo Leonelli, o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, se dispôs a subscrever o documento tão logo ele chegue a 150 assinaturas.

A idéia do manifesto partiu do deputado Domingos Leonelli e teve a redação do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS). Além de Leonelli, estão recolhendo assinaturas os deputados Cristina Tavares, Uldorico Pinto (PMDB-BA), Benedicto Monteiro (PMDB-PA), Fernando Lyra (PMDB-PE), Abigail Feitosa (PMDB-BA), Raquel Capiberibe (PMDB-AP), Nelton Friedrich (PMDB-PR) e Hermes Zanetti.

Já o projeto de decisão de Haddad contava até ontem com apenas 47 das 187 assinaturas necessárias. Na sexta-feira à noite, o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) disse que o projeto já tinha o apoio de mais de sessenta constituintes. Na justificativa do projeto, o senador fluminense diz que o discurso do presidente Sarney, fixando seu mandato em cinco anos, fere a soberania da Constituinte e rompe os compromissos da Aliança Democrática.

Entre os que já subscreveram o projeto, estão os senadores Nelson Wedekin (PMDB-SC), Ruy Bacelar (PMDB-BA), Leite Chaves (PMDB-PR) e Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL) e os deputados Fernando Lyra (PMDB-PE), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Ademir Andrade (PMDB-PA), José Genoíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ).



Covas quer definição imediata da data

Luiz Viana pede que se pense a longo prazo

BRASÍLIA — Ao defender uma negociação entre as lideranças políticas da Constituinte para elaboração do novo texto constitucional, o senador Luiz Vianna Filho (PMDB-BA) considerou "grave" o fato de os constituintes estarem se exaurindo num debate que não vale "um caracol", ou seja, a duração do mandato presidencial. "Que importância poderá ter daqui a dez ou vinte anos que o mandato tenha quatro, cinco, seis ou sete anos?", indagou o senador, ele próprio dando a resposta: "Nenhuma."

"A Constituinte, em vez de lutar em torno de coisas graves e importantes, está prestes a cindir-se por causa do mandato do presidente José Sarney", afirma o senador.

Incluindo-se na lista dos amigos de Sarney que se sentem "constrangidos" com esta discussão, uma vez que não o "desejam ferir". Vianna Filho opinou: mesmo estes amigos não podem colocar os interesses do presidente, "passageiros e transitórios", acima do que "acreditam ser o melhor para o futuro do Brasil".

— A Constituição não deixa de ser boa ou má por causa da extensão do mandato, assunto que para mim é um grão de areia. Fosse verdade que se faria discriminação privando dos direitos inerentes a todos os brasileiros aqueles que divergiam da liderança do Palácio do Planalto, seria entrarmos num despenhadeiro, de consequência imprevisível — declarou o senador.